

## A metáfora maquiaveliana de Gramsci: reencenando *O Príncipe*<sup>1</sup>

Peter Thomas

No começo de 1932, mais de dois anos depois do início de seu projeto de escrita no cárcere, Gramsci registrou o que viriam a se tornar algumas das linhas mais famosas dos *Cadernos do Cárcere*. “O Príncipe Moderno”, ele dizia:

*“o Príncipe-mito [myth-Prince] não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto. Ele só pode ser um organismo, um elemento social no qual já começou o processo de concretização de uma vontade coletiva, parcialmente reconhecido e afirmado pela ação. Esse organismo está dado pelo desenvolvimento histórico; é o partido político, a forma moderna na qual reuniram-se as vontades coletivas parciais que tendem se tornar universais. [...] O Príncipe Moderno, conforme se desenvolve, subverte todo o sistema de relações intelectuais e morais, e seu desenvolvimento significa precisamente que qualquer ato é útil ou nocivo, virtuoso ou perverso, uma vez que ele tem como ponto de referência concreto o próprio Príncipe Moderno, e ajuda a fortalecê-lo ou combatê-lo. Na consciência das pessoas, o Príncipe toma o lugar da divindade ou do imperativo categórico, e se torna a base para um laicismo moderno e para a laicização completa de todos os aspectos da vida e de todas as relações de costume”<sup>2</sup>*

É com base em citações como essa que se tem argumentado, desde os primeiros anos da recepção dos *Cadernos do Cárcere* até hoje, que a metáfora do Príncipe Moderno deveria ser compreendida como um simples código para um *Partido Comunista*, concebido ou como uma continuação de uma suposta concepção “leninista” e democrático-centralista de partido, ou como uma alternativa “marxista-ocidental” para tal, dependendo das predisposições particulares de cada intérprete<sup>3</sup>. Algumas vezes o Príncipe Moderno foi “decifrado” de maneira mais alargada, como uma descrição genérica do partido político moderno

---

<sup>1</sup> Tradução de Gabriela Rosa. Revisão de Daniela Mussi.

<sup>2</sup> Q8, § 21, pp. 951-3 (janeiro-fevereiro de 1932). As referências aos *Cadernos do Cárcere* [Quaderni del Carcere] de Gramsci seguem o padrão internacionalmente estabelecido, com o número do caderno (Q), número da nota (§), seguido para a página de referência da edição crítica italiana organizada por Valentino Gerratana (1975). A tradução para o português é livre e as passagens no original em italiano estão transcritas nas notas de rodapé (N. da T.).

Original em italiano: “Il moderno Principe, il mito-Principe non può essere una persona reale, un individuo concreto; può essere solo un organismo, un elemento sociale nel quale già abbia inizio il concretarsi di una volontà collettiva riconosciuta e affermata parzialmente nell’azione. Questo organismo è già dato dallo sviluppo storico ed è il partito politico, la forma moderna in cui si riassumono le volontà collettive parziali che tendono a diventare universali e totali. (...) (... Il moderno Principe, sviluppandosi, sconvolge tutto il sistema di rapporti intellettuali e morali in quanto il suo svilupparsi significa appunto che ogni azione è utile o dannosa, virtuosa o scellerata, in quanto ha come punto concreto di riferimento il moderno Principe e incrementa il suo potere o lo combatte. Egli prende il posto, nelle coscienze, della divinità e dell’imperativo categorico, egli è la base di un laicismo moderno e di una completa laicizzazione di tutta la vita e di tutti i rapporti di costume).

<sup>3</sup> Ver Althusser (1999, p. 13): “Gramsci Modern Prince is the Marxist Leninist proletarian party”; Holden e Elden (2005). Para uma pesquisa sobre as interpretações, ver Fontana (1993).

propriamente dito, representando uma síntese distintiva das origens normativa, motivacional e executiva do *ethos* democrático que subscreve as sociedades de massa modernas<sup>4</sup>. Mais recentemente, e cada vez mais, sugere-se que o Príncipe Moderno deveria ser visto como representando uma encarnação paradigmática do novo conceito de poder político auto-fundacional que emerge no século XX, da teorização de Weber sobre a dominação carismática até a sua formalização na noção schmittiana de decisão autorreferenciada<sup>5</sup>. Da mesma maneira que Maquiavel reivindicava seu novo príncipe como um “redentor” da nação italiana “sem líder, sem lei, esmagada, pilhada, despedaçada, dominada”<sup>6</sup>, o Príncipe Moderno de Gramsci é idealizado como um *kairós* proletário, especialmente capaz de resolver as antinomias da modernidade política.

Os *Cadernos do Cárcere* de fato contêm longas considerações sobre o partido político como um protagonista necessário da vida política moderna. Gramsci desenvolve uma nova teoria tripartite dos “elementos fundamentais” necessários para a existência de um partido político: “um elemento de massa”; um “elemento coesivo central”; e “um elemento intermediário, que articula o primeiro elemento [de massa] com o segundo [elemento coesivo] e mantém o contato entre eles, não apenas física, mas moral e intelectualmente”<sup>7</sup>. Ele distingue entre centralismo democrático e burocrático, em uma polêmica não apenas contra o “programismo” antistalinista de Amadeo Bordiga, mas também contra a própria ortodoxia stalinista em consolidação<sup>8</sup>. Gramsci também identifica a natureza específica do tipo de liderança do Príncipe Moderno, que tende a progressivamente se subtrair das atividades, reduzindo a distância entre líderes e liderados, em uma relação de “pedagogia dialética”. É nesta dinâmica que podemos encontrar a especificidade da teoria da hegemonia (ou seja, da liderança) de Gramsci, traduzida nos termos de uma teoria da organização política.

Tamanha riqueza das reflexões de Gramsci no tema da organização política resulta em uma enorme tentação de sintetizar sistematicamente os peculiares apontamentos do autor sobre a arte e a ciência da política dispersos ao longo dos *Cadernos do Cárcere*. Foi justamente isso o que fizeram os primeiros editores de Gramsci, Felice Platone e Palmiro

---

<sup>4</sup> Ver White e Ypi (2010).

<sup>5</sup> Para leituras representativas que seguem essa tendência, ver Kalyvas (2000) e Morfino (1999, p. 99). Ver Farris (2013) para uma discussão sugestiva em relação a novidade da concepção de Weber sobre as fundações do poder político.

<sup>6</sup> Maquiavel 1961, p. 81.

<sup>7</sup> Q 14, § 70, p. 1733 (Fevereiro de 1933); ver Sassoon (1987, pp. 150-179).

<sup>8</sup> Q 13, § 36, pp. 1632-5; ver Cospito (2011, pp. 228-244).

Togliatti, quando reuniram algumas das obras do autor sobre política e Maquiavel em um terceiro volume na edição temática pós-guerra dos *Cadernos do Cárcere*<sup>9</sup>. A ênfase particular desta organização dos escritos, e talvez ainda mais aquilo que foi excluído, definiu as coordenadas da primeira recepção de Gramsci, particularmente no mundo anglófono. *The Modern Prince and Other Essays* foi o título da primeira apresentação em inglês dos escritos de Gramsci no cárcere, em 1957<sup>10</sup>. A seleção e organização de Platone e Togliatti também assentou as bases para a seleção dedicada ao “Príncipe Moderno” em *Selections from the Prison Notebooks*, a publicação que mais do que outras foi responsável pela difusão internacional do pensamento de Gramsci<sup>11</sup>. Foi, então, criada a imagem política de um Gramsci maquiaveliano, relacionado mas diferente das outras muitas imagens do autor produzidas a partir de diversos interesses disciplinares: uma imagem filosófica croceana, uma imagem literária desanctiana, entre outras.

O próprio Gramsci parece propor um projeto de sistematização de suas reflexões políticas, em Q4, §10 (escrito no verão de 1930), quando ele projeta um “livro que derivaria das doutrinas Marxistas um sistema ordenado de política contemporânea como se vê n’*O Príncipe*. A discussão seria sobre o partido político, em suas relações com as classes e o Estado: não o partido como uma categoria sociológica, mas o partido que visa fundar o Estado”<sup>12</sup>. Entretanto, ele imediatamente especifica que a característica decisiva d’*O Príncipe* de Maquiavel, e que deve ser incorporada por qualquer releitura moderna da obra, é a sua forma dramática. “Não é, portanto, o caso de compilar um repertório orgânico de máximas políticas, mas de escrever um livro “dramático” em um certo sentido, um drama histórico em ação, no qual as máximas políticas seriam apresentadas como uma necessidade

---

<sup>9</sup> Publicado em 1949, o volume foi intitulado *Notes on Machiavelli, Politics and the Modern State [Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo stato moderno]*.

<sup>10</sup> Gramsci 1957.

<sup>11</sup> Gramsci 1971, pp. 123-204.

<sup>12</sup> Q 4 §10, p. 432. Original em italiano: “un libro che traesse dalle dottrine marxiste un sistema ordinato di politica attuale del tipo Principe. L’argomento sarebbe il partito politico, nei suoi rapporti con le classi e con lo Stato: non il partito come categoria sociologica, ma il partito che vuole fondare lo Stato”. Gramsci repete a identificação da ‘noção do Príncipe’, ‘traduzida para a linguagem política moderna’, com o partido político em Q5, §127, pp. 661-662 (parágrafo escrito em Novembro-Dezembro de 1930). A sua referência a ‘certos Estados’ nos quais o partido político funciona como ‘chefe de Estado’ indica que ele tem em mente, aqui, as experiências recentes da Rússia soviética. Ele também especifica que o tipo de estado que este partido político tem o objetivo de fundar não é determinado pelo ‘Direito constitucional, de tipo tradicional’, mas de acordo com um ‘sistema de princípios que afirma a finalidade do Estado como o seu próprio fim, o seu desaparecimento, isto é, a reabsorção da sociedade política na sociedade civil’ [No original em italiano: “sistema di principii che affermano come fine dello Stato la sua propria fine, il suo proprio sparire, cioè il riassorbimento della società politica nella società civile”].

individualizada, e não como princípios científicos”<sup>13</sup>. No início de 1932, Gramsci recupera e aprofunda o tema. Em lugar de um possível modelo para um sistema ordenado de princípios ou doutrinas políticas, *O Príncipe* é agora valorizado inteiramente nos termos de sua estrutura dinâmica. Gramsci argumenta que “o caráter fundamental d’*O Príncipe* é não se trata de uma obra com tratamento sistemático, mas de um livro ‘que vive’, no qual a ideologia se torna ‘mito’, ou seja, uma ‘imagem’ fantástica e artística entre a utopia e um tratado acadêmico, na qual o elemento doutrinário e racional é personificado pelo ‘condottiere’, o símbolo plástico e antropomórfico da ‘vontade coletiva’”<sup>14</sup>. Maquiavel não podia recorrer a tratados pedantes de princípios e critérios para um método de ação. Ao invés disso, ele representou o processo de formação de uma vontade coletiva nos termos das “qualidades e deveres” de uma pessoa concreta<sup>15</sup>.

Repetidas vezes, o crítico de teatro e revolucionário profissional que fora Gramsci sublinha a forma dramática do político e dramaturgo *Darstellungweise* de Maquiavel. Para Gramsci, esta realmente foi uma grande inovação de Maquiavel, muito mais importante que identificação de uma “autonomia da política” (esta foi a leitura de Benedetto Croce do significado histórico-teórico de Maquiavel, uma posição que Gramsci inicialmente considera mas acaba por rejeitar, em favor de uma teoria não da autonomia do político, mas da possibilidade de traduzi-lo)<sup>16</sup>. De acordo com Gramsci, Maquiavel literalmente criou o moderno “manifesto político” no epílogo dramático d’*O Príncipe*, no qual o príncipe, aquela “fantasia concreta”, se mistura com as pessoas cujas vidas dispersas e pulverizadas ele organizara em uma vontade coletiva<sup>17</sup>. O novo príncipe de Maquiavel, para Gramsci, não é o profeta que criou seu próprio povo, como se lê em uma versão decisionista do pensamento de

---

<sup>13</sup> Q4, §10, p. 432. Original em italiano: “Si tratterebbe insomma, non di compilare un repertorio organico di massime politiche, ma di scrivere un libro ‘drammatico’ in un certo senso, un dramma storico in atto, in cui le massime politiche fossero presentate come necessità individualizzata e non come principi di scienza.”

<sup>14</sup> Q8, §21, p. 951 (Janeiro – Fevereiro de 1932). Original em italiano: “Il carattere fondamentale del Principe è appunto quello di non essere una trattazione sistematica, ma un libro ‘vivente’, in cui l’ideologia diventa ‘mito’ cioè ‘immagine’ fantastica e artistica tra l’utopia e il trattato scolastico, in cui l’elemento dottrinale e razionale si impersona in un «condottiero» che presenta plasticamente e ‘antropomorficamente’ il simbolo della ‘volontà collettiva’”. A referência de Gramsci ao *Príncipe* como um livro “que vive” deve ser compreendida em estreita relação com o seu uso do termo “filologia viva” para descrever a formação do partido político como um “homem coletivo”. Ver Q7 §6, p. 857 (Novembro de 1930); Q11, §25, p. 1430 (Julho-Agosto de 1932).

<sup>15</sup> Q8, §21, p. 951.

<sup>16</sup> Para as considerações (já críticas) de Gramsci da tese croceana a respeito de uma autonomia do político em Maquiavel, ver Q4, §4, p. 425 (maio de 1930); Q4, §8, pp. 430-1 (maio de 1930). Q8, §61, pp. 977-8 (fevereiro de 1932), com a noção de atividade política conectada a uma concepção reelaborada de superestruturas, marca um passo importante em direção à noção gramsciana de tradutibilidade entre história-política-filosofia, mais intensamente desenvolvida no Caderno 11.

<sup>17</sup> Q13, §1, p. 1556 (maio de 1932).

Maquiavel que não deixou de crescer ao longo do século XX. Ao contrário, ele é a figura profética de Maquiavel criada pela encenação dramática das “qualidades, características, deveres e necessidades” do próprio povo<sup>18</sup>.

Minha sugestão é que a metáfora maquiaveliana do Príncipe Moderno apresentada por Gramsci deve ser compreendida de maneira similar; ou seja, não como uma apresentação sistemática, codificada em uma série de máximas diretamente políticas ou com propósitos organizacionais contidas ou em um caderno especial e que poderiam ser apresentadas como meramente “míticas” – no sentido de ilusórias – como eufemismo para um partido político que realmente existia (o Partido Comunista Italiano), ou até para o conceito de partido político como tal. Pelo contrário, o Príncipe Moderno precisa ser entendido, antes de mais nada, como um desenvolvimento dramático que se desdobra ao longo do discurso do *Cadernos do Cárcere*, que transforma como alquimia as vidas dispersas e pulverizadas dos grupos sociais subalternos. Em outras palavras, com a noção singular do Príncipe Moderno, Gramsci se encarrega de não repetir ou reproduzir a figura maquiaveliana do “novo Príncipe”, mas de atualizar ou reencenar os gestos estratégicos de Maquiavel nas condições políticas bastante diferentes do tempo do próprio Gramsci. Ao fazê-lo, não apenas transforma o conceito de partido político, mas também o conceito do político. Finalmente, é nessa distância incessantemente percorrida entre as duas propostas de Gramsci – entre sua proposta inicial de tratado de uma doutrina ordenada, e a ênfase posterior no desenvolvimento de um desenrolar dramático – que podemos ver a emergência do Príncipe Moderno como uma mudança fundamental no terreno do projeto de pesquisa dos *Cadernos do Cárcere*, que se torna um laboratório para a experimentação desse novo princípio e prática da organização sociopolítica. Para entender os termos e o significado dessa transformação, precisamos considerar o papel de Maquiavel no projeto de Gramsci como um todo, além de outras relações que estabelece com demais elementos centrais deste projeto.

Gramsci há muito se interessa por Maquiavel, interesse que começa já em seus anos universitários<sup>19</sup>. Depois, enquanto membro do Comintern viajando por Berlim, em maio de 1922, encontra seu antigo professor Umberto Cosmo, que o incentiva a escrever o livro sobre Maquiavel que ele há tanto esperava<sup>20</sup>. Mussolini logo escreveria seu próprio “Prelúdio” para

---

<sup>18</sup> Q 13, § 1, p. 1555.

<sup>19</sup> Como destaca Leonardo Paggi, Maquiavel não era simplesmente uma metáfora para Gramsci, ou uma analogia exterior, mas “um ponto de referência concreto para toda a sua evolução política” (Paggi, 1969, p. 834)

<sup>20</sup> Gramsci (1996, p. 399).

*O Príncipe*, em 1924, como também faria Lev Kamenev uma década depois, uma “indiscrição” editorial usada em seguida contra ele pela perseguição estalinista em seu julgamento marcado pelo espetáculo<sup>21</sup>. Antes e depois de sua prisão, Gramsci esteve muito interessado no debate em voga na Itália e Europa a respeito do retorno de liberais e fascistas aos escritos do secretário florentino, incluindo contribuições de Mosca, Ercole, Gobetti, Russo, Chabod, e Croce<sup>22</sup>. Além disso, Gramsci realiza uma pesquisa detalhada dos estudos que emergiram logo após as comemorações do quarto centenário da morte de Maquiavel, em junho de 1927, como ele mesmo lembrou em uma carta para a sua cunhada Tania<sup>23</sup>.

É, portanto, digno de nota que Maquiavel esteja ausente dos primeiros planos de trabalho de Gramsci, o que se lê em uma carta para Tania em 19 de março de 1927 e no começo do seu Caderno 1, em 8 de fevereiro de 1929<sup>24</sup>. Quando Maquiavel de fato aparece nos primeiros cadernos, entre 1929-1930, ele é uma importante figura histórica do início da modernidade europeia e da formação do Estado italiano. Não se tratava, pois, de uma renovação da leitura de Maquiavel como precursor da unificação nacional valorizada durante o Renascimento Italiano, conforme muitos leitores de Gramsci apressadamente supuseram<sup>25</sup>. Longe disso, Gramsci estava essencialmente reagindo contra a *machiavellistica* de seu tempo que surge a partir desta história de redenção nacional –*in primis*, Croce –, e que apresentava o secretário florentino como um teórico político “clássico”, bom a qualquer tempo<sup>26</sup>. Inversamente, Gramsci enfatizou a necessidade de compreender a especificidade das condições políticas nas quais operava Maquiavel, de se considerar o caso excepcional de uma Itália ainda fragmentada e cercada pelas monarquias nacionais absolutistas que despontavam nos primórdios da Europa moderna<sup>27</sup>.

---

<sup>21</sup> Mussolini (1979); Kamenev (1962).

<sup>22</sup> Para uma visão sobre debate acerca de Maquiavel na década de 1920, ver Paggi (1984, p. 404 e seq.) e Fiorillo (2007).

<sup>23</sup> Gramsci (1996, pp. 132-133).

<sup>24</sup> Gramsci (1996, pp. 54-57); Q1, ‘Argomenti principali’, p. 5.

<sup>25</sup> Elementos desta leitura estão presentes em Lefort (1986), e que podem ter levado Althusser a algumas vezes também superestimar a dívida de Gramsci com essa tradição. Entretanto, a ênfase de Althusser em outros lugares sobre a ‘solitude’ de Maquiavel, e particularmente a noção de ‘acumulação política primitiva’, revelam uma profunda apreciação da novidade representada pela posição de Gramsci (1999, pp. 10-11; 121). Para uma recente visão geral das interpretações de Maquiavel que emergem do *Risorgimento*, ver Sartorello (2009). Para um estudo da leitura de Althusser sobre Maquiavel, ver Lahtinen (2009).

<sup>26</sup> Q 1, § 10, p. 8 (Junho – Julho 1929); Q 13, § 13, p. 1572 (Primavera-Verão 1932).

<sup>27</sup> Ver a carta de Gramsci para Tania de 14 de Novembro de 1927 (Gramsci 1996, p. 133). A leitura de Gramsci nesse sentido compartilha algo com a avaliação de Hegel sobre a falta de linearidade temporal em *Die Verfassung Deutschlands*, como reconhece Althusser. Ver Hegel (1971, particularmente pp. 553-558) e Althusser (1999, p. 10).

A “contextualização” gramsciana do pensamento de Maquiavel, contudo, não o leva a assinalar n’*O Príncipe* uma contextualidade anterior que o presente poderia reconstruir e contemplar, mas não “atualizar”. De outro modo, é precisamente com base na historicização do pensamento de Maquiavel que ele propõe entender o seu significado teórico potencial para o presente. Contínua e seguramente, Gramsci começa a explorar Maquiavel como um teórico e até como um filósofo, com sugestões especulativas sobre o seu papel decisivo em uma genealogia da filosofia da práxis, nos Cadernos 4 e 5, em 1930-1931<sup>28</sup>. Já no começo do Caderno 8, entre o final de 1931 e início de 1932, esse interesse começa a se solidificar em um novo projeto particular, que o autor intuía desde os últimos meses de 1930. Maquiavel aparece duas vezes entre os assuntos no começo do Caderno 8, e na sétima e vigésima posições na lista de projetos de ensaios especiais escrita no fim de 1930. Contudo, no reagrupamento de conteúdo desta lista realizado por Gramsci em abril de 1932 – que prefigura parcialmente a estrutura dos cadernos temáticos especiais subsequentes – Maquiavel é o segundo tópico<sup>29</sup>. Gramsci ofereceu um nome a este novo projeto de pesquisa que consta no título da nota decisiva no Caderno 8, § 21, escrito em janeiro-fevereiro de 1932: “o Príncipe Moderno”. “Sob este título podem ser reunidas todas as ideias da ciência política que podem ser agregadas em um trabalho de ciência política que seria concebido e organizado nas linhas d’*O Príncipe*, de Maquiavel”<sup>30</sup>. Dali em diante, a atenção do autor se voltará para a exploração desta concepção substantivamente nova do *Príncipe Moderno*, ao invés de uma mera “atualização” do “novo Príncipe” de Maquiavel, sendo este o foco dos Cadernos 8 e 13. Este último, iniciado logo após (maio de 1932) e inaugurado com transcrições (consideravelmente modificadas e desenvolvidas) de notas do Caderno 8, escrito apenas alguns meses antes<sup>31</sup>.

É exatamente neste período que Gramsci começa a trabalhar no seus chamados “cadernos especiais”, nos quais transcreve - por vezes com significativas alterações - as notas de cadernos anteriores, acompanhadas de novos textos. O Caderno 13, intitulado “Notas sobre a política de Maquiavel” (escrito entre maio de 1932 e o início de 1934), parece ser o

---

<sup>28</sup> Ver, por exemplo, Q 4, § 8, pp. 430-1 (maio de 1930); Q 5, § 127, p. 657 (novembro-dezembro 1930).

<sup>29</sup> Q 8, pp. 935-6.

<sup>30</sup> Q 8, § 21, p. 951. Original em italiano: “Sotto questo titolo potranno raccogliersi tutti gli spunti di scienza politica che possono concorrere alla formazione di un lavoro di scienza politica che sia concepito e organizzato sul tipo del Principe del Machiavelli”.

<sup>31</sup> Gramsci de fato se refere ao “novo Príncipe” pelo menos uma vez mais depois do surgimento da noção de Príncipe Moderno, em Janeiro-Fevereiro de 1932, no Q 13, § 21, p. 1601 (supostamente escrito no Verão-Outono de 1932). Contudo, esta nota intitulada “Continuação do ‘Novo Príncipe’” é uma transcrição com sensíveis revisões dos argumentos desenvolvidos durante o verão de 1932 no Q 4, § 10, p. 432, em relação às experiências recentes na Rússia Soviética.

que mais se aproxima do plano de um livro sistemático sobre teoria política. Mas esta reorganização de sua pesquisa logo extravasa para um número considerável de notas inteiramente novas nos “cadernos miscelâneas” (Cadernos 14,15, 17)<sup>32</sup>. De uma posição marginal em cadernos passados, Maquiavel passa a ser uma atmosfera que prevalece em quase todas as notas de Gramsci, possivelmente presente mesmo em sua ausência, das formas mais inesperadas, uma pedra-de-toque a partir da qual serão considerados muitos dos interesses aparentemente desconexos do autor. Assim, Gramsci enfatiza de modo cada vez mais detalhado que Maquiavel é um precursor quase singular da *filosofia da práxis*<sup>33</sup>; ele também aprofunda o argumento de que Maquiavel representa o primeiro jacobino “precoce” da Itália, na medida em que a preocupação de Maquiavel com uma reforma “popular” ou patriótica do exército estava conectada com o problema de forjar uma base estável para as relações entre o país e a cidade - um jacobinismo “de conteúdo”, que então se revela efetivamente como um “leninismo” “precoce”<sup>34</sup>. O próprio conceito de hegemonia é repensado por meio das lentes das interpretações d’*O Príncipe* e dos *Discursos*, particularmente aqueles de Croce e sobretudo de Luigi Russo<sup>35</sup>. Nem mesmo as reflexões econômicas de Gramsci são poupadas da obsessão com o secretário florentino. Deste modo, recorrendo à (sua correspondência com) Tania, ele propõe ao amigo Piero Sraffa<sup>36</sup> – com quem frequentemente discutiu teoria econômica durante o tempo em que esteve preso – questões sobre a possível relação entre Maquiavel e o mercantilismo.

Por que este retorno à Maquiavel que excede as suas próprias fronteiras? Pelo menos duas razões parecem decisivas: a primeira, “interna” ao desenvolvimento do texto do projeto dos *Cadernos do Cárcere* e importante para a sua “refundação” em 1932; a segunda, relativa ao contexto político que notadamente determina o projeto de Gramsci em todos os seus estágios. Tomadas em conjunto, ambas permitem ver no Príncipe Moderno algo mais que simplesmente uma forma de organização política, ainda que original. Trata-se, na verdade, de

---

<sup>32</sup>Cospito e Francioni (2009, p. 154), oferece uma visão panorâmica da disseminação do pensamento de Maquiavel ao longo dos cadernos especiais e miscelâneas.

<sup>33</sup> Q 8, § 237, p. 1090 (maio de 1932), Q 11, § 52, pp. 1480-1 (outono de 1932).

<sup>34</sup> Q 13, § 1, p. 1560 (maio de 1932). Há um impressionante paralelo entre a mudança no juízo de Gramsci de ambos Maquiavel (ou mais precisamente, “maquiavelismo”) e do jacobinismo, desde seus primeiros escritos até os Cadernos do Cárcere. Uma primeira leitura agressivamente negativa dos estereótipos populares dá lugar a um continuado e substancial engajamento e reavaliação. Ver La Porta (2009a, 2009b).

<sup>35</sup> Ver Q 8, § 5, p. 1564 (supostamente de maio de 1932), que contém importantes revisões para o Q 8, § 48, p. 970 (fevereiro de 1932). Ver também Q 10 II, § 41X, p. 1315 (agosto-dezembro de 1932). Sobre a importância da leitura de Gramsci sobre o *Prolegomeni a Machiavelli* de Luigi Russo (1931) para a emergência da noção do Príncipe Moderno, ver Frosini (2013).

<sup>36</sup> Gramsci 1996, pp. 548-9 (14 de março de 1932); ver Q 8, § 78, p. 985 (março de 1932). Para um importante estudo do pensamento de Maquiavel em relação à história econômica florentina, ver Barthas (2011).

uma proposta para uma teorização e prática da política – ou, para usar o jargão leninista – de uma política “de outro tipo”.

Por outro lado, em relação às razões “internas” para esse desenvolvimento, Gramsci se volta intensamente para Maquiavel no momento em que suas perspectivas de organização anteriores chegam em um impasse. Nas primeiras fases dos *Cadernos do Cárcere*, quando o papel de Maquiavel era predominantemente histórico e não teórico, Gramsci esteve, antes de tudo, preocupado em analisar a emergência das formas burguesas de modernidade política<sup>37</sup>. Esta linha de pesquisa estava encapsulada em sua noção particular de “revolução passiva”, conceito que atravessa pelo menos três fases de expansão do projeto: em um primeiro momento, de 1930 até o início de 1932, Gramsci usa o conceito de revolução passiva para descrever a formação do Estado italiano moderno no *Risorgimento*, especialmente referindo-se à exclusão das classes populares da participação autônoma e organizada no processo de modernização.<sup>38</sup> No momento seguinte, parcialmente concomitante ao primeiro e que começa no final de 1930, Gramsci estende o conceito para analisar outras formações sociais, como a Alemanha, que parecia ter experimentado um processo similar e contraditório de modernização (econômica) sem modernização (política) – no qual faltou um momento radical, jacobino, como aquele que acompanhara a Revolução Francesa.<sup>39</sup> Finalmente, em uma terceira etapa, a partir de 1932, é como se Gramsci passasse a pensar a noção de revolução passiva de um ponto de vista internacional e mesmo epocal. Mais ou menos como se a modernidade política decantasse na forma de uma jaula de ferro weberiana racionalizada e burocrática, em uma permanente “crise orgânica” que só pode ser encarada, mas não resolvida, pelas deformações administrativas da prática política.<sup>40</sup> No começo de 1933, contudo, Gramsci começa a argumentar que o conceito de revolução passiva precisava ser purificado de “todos os traços de fatalismo”.<sup>41</sup> O conceito de revolução passiva poderia ter um sentido político concreto, ser postulado como um “programa político”, se fosse capaz de “presumir, ou pleitear como necessária, uma antítese vigorosa”, que autônoma e intransigentemente regulasse todas as forças em movimento.<sup>42</sup> Em outras palavras, o conceito de revolução passiva precisou ser confrontado pelo potencial de um processo de des-pacificação e revolução ativa pelas classes populares e intrínseco às suas ações. O surgimento

---

<sup>37</sup> Ver Burgio (2002).

<sup>38</sup> Q1, § 44, pp. 40-54 (fevereiro-março de 1930); Q8, §25, p. 957 (janeiro de 1932).

<sup>39</sup> Q4, § 57, p. 504 (novembro de 1930).

<sup>40</sup> Q 8, § 236, pp. 1088-9 (abril de 1932); Q 10I, §9, pp. 1226-9 (abril-maio de 1932).

<sup>41</sup> Q 15, § 17, pp. 1774-5 (abril-maio de 1933).

<sup>42</sup> Q 5, § 62, p. 1827 (junho-julho de 1933).

da ideia do Príncipe Moderno, no começo de 1932, é o nome deste novo projeto de pesquisa que investiga o potencial político das classes subalternas, uma metáfora dramática que captura de modo vívido suas formas necessariamente vibrantes.

Como no caso de muitos elementos das pesquisas carcerárias de Gramsci, o ano de 1932 – que em outra oportunidade defini como verdadeiro *annus mirabilis* de Gramsci – testemunha um desenvolvimento especialmente rápido e intenso de seu compromisso com Maquiavel.<sup>43</sup> Na verdade, Gramsci nomeia esta nova figura do Príncipe Moderno pela primeira vez no começo de 1932 e, poucos meses depois, no começo da primavera, discorre com significativa precisão sobre suas características específicas – particularmente, sobre o gesto dramático maquiaveliano peculiar que Gramsci pretende herdar e atualizar com o Príncipe Moderno. Em janeiro-fevereiro de 1932, com a primeira referência ao Príncipe Moderno, o autor escreve que

*“O Príncipe de Maquiavel pode ser estudado como um exemplo histórico do mito de Sorel, ou seja, um exemplo de uma ideologia política que não é apresentada como utopia ou como uma doutrina racionalizada, mas como uma ‘fantasia’ concreta que opera para despertar e organizar a vontade coletiva de um povo disperso e pulverizado. O caráter utópico d’O Príncipe deriva do fato de que ele não existiu historicamente e não apareceu diante do povo italiano em uma forma histórica iminente, mas era ele próprio uma ‘abstração doutrinária’, o símbolo de um líder genérico, do ‘condotiere ideal’. É possível analisar como, então, Sorel nunca avançou da concepção de mito para a concepção de partido político (...).”<sup>44</sup>*

Como um “texto de transição”, esta nota revela fortes continuidades com a anteriormente anunciada “tradução” do príncipe de Maquiavel para a linguagem política moderna, a partir da noção de partido político. Neste momento, é possível ao autor argumentar que *O Príncipe* de Maquiavel não é uma “utopia fria” ou uma “doutrina racionalizada”, mas antes uma “fantasia concreta”; com efeito, utopia e doutrina são compreendidas como dois lados da mesma moeda que define a “fantasia concreta” nesta antítese. Porém, quando se trata de especificar a natureza d’*O Príncipe* como uma “fantasia concreta”, capaz de incitar a vontade coletiva de um povo pulverizado – precisamente o

---

<sup>43</sup> Ver Thomas (2009, p. xix).

<sup>44</sup> Q 8, § 21, p. 951. Original em italiano: “Il Principe del Machiavelli potrebbe essere studiato come una esemplificazione storica del ‘mito’ sorelliano, cioè dell’ideologia politica che si presenta non come fredda utopia né come dottrinario raziocinio, ma come «fantasia» concreta operante su un popolo disperso e polverizzato per suscitare e organizzarne la volontà collettiva. Il carattere utopistico del Principe è dato dal fatto che il ‘principe’ non esisteva realmente, storicamente, non si presentava al popolo italiano con caratteri di immediatezza storica, ma era esso stesso un’astrazione dottrinarica, il simbolo del capo in generale, del ‘condottiero ideale’. Si può studiare come mai il Sorel, dalla concezione del ‘mito’ non sia giunto alla concezione del partito politico (...).”

elemento que o tornaria uma “exemplificação histórica” e, portanto, uma tradução não-especulativa da noção de mito político de Georges Sorel, diferente do realizado por seu precursor utópico e doutrinário – Gramsci não pode mais que invocar a necessidade de progredir o mais rápido possível para o conceito do partido político.

Esta situação se transforma fundamentalmente alguns meses depois, quando Gramsci transcreve e revisa a seguinte nota, no início do Caderno 13, em maio de 1932<sup>45</sup>. Ele repete que

*“O caráter utópico d’O Príncipe deriva do fato de que ele não existiu historicamente e não apareceu diante do povo italiano em uma forma histórica iminente, mas era uma pura “abstração doutrinária”, o símbolo do líder, do ‘condottiero ideale’”*<sup>46</sup>

Entretanto, possivelmente influenciado pela leitura recente do *Prolegomeni a Machiavelli* de Luigi Russo<sup>47</sup>, Gramsci especifica o sentido preciso em que *O Príncipe* de Maquiavel constitui uma “fantasia concreta”, mesmo antes que o partido político seja sugerido como a “forma moderna” que poderia encarná-lo. Gramsci definira anteriormente *O Príncipe* como um livro vivo porque ele representaria de modo antropomórfico o processo de formação da vontade coletiva em uma “personalidade concreta”, despertando paixão por meio do uso da “fantasia artística”. No Q 13, § 1, porém, ele enfatiza não o poder representativo do conteúdo d’*O Príncipe*, mas o poder de reconfiguração retrospectiva que repousa na sua forma particularmente dramática:

*“Entretanto, com um movimento dramático de grande efeito, os elementos míticos e passionais contidos em todo pequeno volume podem ser reunidos, e se tornam vivos na conclusão, na invocação de um príncipe ‘realmente existente’. Ao longo do livro, Maquiavel examina como o Príncipe deve ser se quiser liderar o povo na fundação de um novo Estado; o argumento é desenvolvido por meio de lógica rigorosa, com distanciamento científico. Na conclusão, Maquiavel se une com o povo, se torna o povo – não um povo ‘genérico’, mas o*

---

<sup>45</sup> É significativo que o Q 13, § 1 comece diretamente discutindo *O Príncipe* como um livro fundamentalmente vivo, dispensando a linha de abertura do Q 8, § 21 p. 951 que projetava ainda um ‘trabalho de ciência política’ concebido e organizado como o trabalho de Maquiavel, com o título de ‘Príncipe Moderno’: “Sotto questo titolo potranno raccogliersi tutti gli spunti di scienza politica che possono concorrere alla formazione di un lavoro di scienza politica che sia concepito e organizzato sul tipo del Principe del Machiavelli” (Grifo adicionado).

<sup>46</sup> Q 13, § 1, p. 1556. Original em italiano: “Il carattere utopistico del Principe è nel fatto che il ‘principe’ non esisteva nella realtà storica, non si presentava al popolo italiano con caratteri di immediatezza obbiettiva, ma era una pura astrazione dottrinarica, il simbolo del capo, del condottiero ideale”.

<sup>47</sup> Frosini (2013) reconstrói em detalhe o impacto decisivo na obra de Gramsci da leitura do *Prolegomeni a Machiavelli* de Russo (do qual parece derivar pelo menos em parte a ênfase de Gramsci no papel do epílogo d’*O Príncipe*) sobre o desenvolvimento da noção de Príncipe Moderno, incluindo as características que o tornam impossível de ser reduzido a uma concepção puramente soreliana de mito.

povo que ele, Maquiavel, convenceu pelo argumento anterior, o povo de quem ele se torna e se sente consciência e expressão, com quem ele se sente um só. Parece, então, que todo o argumento 'lógico' não é senão uma autorreflexão do povo, um raciocínio interior realizado na consciência popular, que tem sua conclusão em um clamor apaixonado e urgente. Paixão, a racionalidade nela mesma, se tornam mais uma vez 'afeto', febre, fanatismo de ação. É por isso que o epílogo d'O Príncipe não é algo extrínseco, fixado de fora, retórico, mas deve ser entendido como um elemento necessário da obra – como o elemento que reflete efetivamente a sua verdadeira luz em todo o trabalho e faz dele um tipo de 'manifesto político'".<sup>48</sup>

Aqui reside a “pequena” descoberta de Gramsci nos estudos acadêmicos sobre Maquiavel<sup>49</sup>. *O Príncipe* institui uma “fantasia concreta” porque a defesa apaixonada no epílogo de Maquiavel assinalando que chegou o tempo da Itália se redimir da escravidão, opressão e fragmentação contraria todo o argumento apresentado até ali<sup>50</sup>. A figura do príncipe é revelada como autorreflexão do próprio povo sobre suas “qualidades, características, deveres e necessidades”, que foram até então observadas apenas “como em um sonho”, para usar uma frase shakespeariana – ou, mais precisamente, *como em um drama*. O epílogo é o momento da *peripeteia* que rapidamente é seguida por uma *anagnorisis* na audiência, em uma transformação da ordem aristotélica e do objeto do discurso, uma vez que o povo subitamente percebe que estava observando a si mesmo ao longo do livro todo, isto é, a performance dramática de suas “qualidades, características, deveres e necessidades”, que só agora são reconhecidas como pertencentes a ele próprio. O epílogo faz d'*O Príncipe*, pois, um tipo de “manifesto político” porque encena em sua estrutura o processo de libertação que

---

<sup>48</sup> Q 13, § 1, p. 1556. Original em italiano: “(...) ma gli elementi passionali, mitici, contenuti nell'intero volumetto, con mossa drammatica di grande effetto, si riassumono e diventano vivi nella conclusione, nell'invocazione di un principe, 'realmente esistente'. Nell'intero volumetto Machiavelli tratta di come deve essere il Principe per condurre un popolo alla fondazione del nuovo Stato, e la trattazione è condotta con rigore logico, con distacco scientifico: nella conclusione il Machiavelli stesso si fa popolo, si confonde col popolo, ma non con un popolo 'genericamente' inteso, ma col popolo che il Machiavelli ha convinto con la sua trattazione precedente, di cui egli diventa e si sente coscienza ed espressione, si sente medesimezza: pare che tutto il lavoro 'logico' non sia che un'autoriflessione del popolo, un ragionamento interno, che si fa nella coscienza popolare e che ha la sua conclusione in un grido appassionato, immediato. La passione, da ragionamento su se stessa, ridiventa 'affetto', febbre, fanatismo d'azione. Ecco perché l'epilogo del Principe non è qualcosa di estrinseco, di 'appiccicato' dall'esterno, di retorico, ma deve essere spiegato come elemento necessario dell'opera, anzi come quell'elemento che riverbera la sua vera luce su tutta l'opera e ne fa come un 'manifesto politico'”.

<sup>49</sup> Ver Q 4, § 78 - § 87, pp. 516-30 (maio de 1930); ver Rosengarten (1986). A referência aqui é a descrição de Gramsci em relação à sua contribuição para os estudos sobre Dante Alighieri, com a sua leitura do Canto X do Inferno e a polêmica diante da separação promovida por Croce entre poesia e estrutura. Do mesmo modo que Gramsci enfatiza as dimensões performativas da representação de Cavalcanti por Dante – “A passagem estrutural não é apenas estrutura (...) é também poesia, é um elemento necessário para o drama ocorrido” (Q 4, § 78, pp. 516-518), também a sua leitura d'*O Príncipe* destaca o significado de sua estrutura para entender sua 'poesia'.

<sup>50</sup> Maquiavel (1961, pp. 80-81).

o protagonista do livro é chamado a realizar. Assim, o povo descobre que o *Príncipe* não é mera descrição “utópica” ou “doutrinária”, mas a “fantasia concreta” de suas capacidades realmente existentes, acima de tudo para a autolibertação e o autogoverno. Gramsci estabelece, pois, mais que uma nova abordagem para *O Príncipe*, que será progressivamente explorada por toda uma importante vertente subsequente de estudos sobre Maquiavel no século XX, particularmente pela leitura de Louis Althusser, e cujo fascínio e fecundidade ainda não foram esgotados. Esta abordagem também determina o restante de seu projeto no cárcere, não apenas em relação às suas notas sobre Maquiavel, mas aos conceitos mais fundamentais da filosofia da práxis, em especial no conceito substancialmente novo de partido político que Gramsci desenvolverá em 1932, definido agora como “co-passionalidade” [*con-passionalità*] e como “homem-coletivo”<sup>51</sup>.

Este singular momento maquiaveliano no interior dos *Cadernos do Cárcere* coincide com – reforça ou é reforçado por – uma sobredeterminação precisa pelo contexto político, cujos traços consistentes por todas as notas fazem do contexto algo interno ao próprio discurso de Gramsci: o aprofundamento dos repetidos chamados do autor para uma *Constituente* de forças antifascistas nos anos 1930. Isso não é apenas uma re-proposição da Assembleia Republicana de 1924-1926, ou a sugestão de uma Assembleia Constituinte pós-fascista, como aconteceria depois na fase pré-constitucional do que se tornou a República Italiana pós-guerra<sup>52</sup>. Pelo contrário, nos diálogos carcerários e nas comunicações ao seu partido por meio de Sraffa, Gramsci reivindicou um processo mais profundo de unificação das forças antifascistas que já estavam dentro e contra o regime fascista. Tratava-se de uma defesa da reativação da política da Frente Única contra a loucura do terceiro período sectário, encapsulada na acusação de que a socialdemocracia era uma mera ala à esquerda do fascismo. A posição de Gramsci se fundamentava em uma memória ativa dos debates decisivos dos quais participara em Moscou entre 1922-1923, bem como na implementação política que marcou o seu próprio mandato como líder do Partido Comunista Italiano logo em seguida. Quais formas poderia assumir tal processo constituinte de luta política?

Meu argumento é que os projetos dos cadernos especiais e últimos miscelâneas, de 1932 até 1935, quando Gramsci para de escrever, foram esboçados em parte como uma tentativa de conduzir o rigoroso reconhecimento do entrelaçamento dos terrenos nacional e

---

<sup>51</sup> Q 11, § 25, p. 1430 (julho-agosto 1932).

<sup>52</sup> Sobre a centralidade de um constitucionalismo [*constituentism*] ofensivo antifascista, ver Frosini (2013). O texto clássico sobre as posições de Gramsci no começo da década de 1930 é Lisa (1973). A pesquisa histórica mais recente está sintetizada em Vacca (2012, pp. 153-159).

internacional que Lenin recomendara nos debates da década de 1920, com o objetivo de descobrir as condições e potenciais para uma transformação comunista em cada tradição nacional. Isso inclui os 19 cadernos (Cadernos 10 a 29) compilados pelo autor em sua maioria a partir de 1932 (Cadernos 10 a 29), incluindo tanto os cadernos que contém textos revisados como as “novas partidas” – ou seja, a maioria dos 29 *Cadernos do Cárcere* (excluindo-se os 4 cadernos de traduções). A forma destes cadernos posteriores impressiona mesmo os mais atentos leitores como sinais de exaustão e fortalecem as “incompletudes” de Gramsci como um princípio estrutural de seus escritos carcerários. Com efeito, em um primeiro olhar parece que eles frequentemente não discutem em absoluto organização política, mas temas culturais, socioeconômicos e históricos (por exemplo, cultura, *Risorgimento*, ação católica, literatura popular, criticismo literário, jornalismo, folclore, fordismo, o desenvolvimento de grupos subalternos, linguística histórica e gramática). Reunidos, porém, esses cadernos especiais devem ser encarados como um “mapa cognitivo” articulador dos mais diferentes “terrenos” do Príncipe Moderno. Da diversidade e riqueza dos temas, o autor lentamente elabora um esboço, ou muitos esboços das formas de prática e organização populares potencialmente capazes de derrotar a revolução passiva da modernidade burguesa. Longe de ser a bagunça de uma cerâmica quebrada, fragmentos que Gramsci escora para evitar uma ruína iminente ou, ainda, retrato efetivo da política, os cadernos especiais precisam ser entendidos como um processo de realização dramática e concreta das formas possíveis de um aparato proletário hegemônico. Em suma, são formas de “encenação” do Príncipe Moderno, ele próprio concebido como nova encenação do gesto crítico de Maquiavel: as formas da “fantasia concreta” na qual classes subalternas podem se reconhecer e, assim, compreender o segredo de seu próprio poder constituinte.

O conceito gramsciano de Príncipe Moderno não é, pois, um mero código para um partido político existente, seja de convicção comunista ou outra qualquer; ele reconfigura o próprio conceito de partido político como somatório institucional de uma “fantasia concreta” que intrinsecamente excede qualquer tentativa de formalizar sua dinâmica expansiva. Esta metáfora dramática não pode ser restrita às notas de Gramsci que explicitamente se referem a Maquiavel, por mais extensas que sejam; emergindo de um desenvolvimento decisivamente intenso das reflexões do autor sobre Maquiavel na primavera de 1932, o Príncipe Moderno é imediatamente “disseminado” ao longo dos *Cadernos do Cárcere*<sup>53</sup>, instituindo a técnica dramática e a lógica estratégica que sobredeterminam todos os escritos subsequentes de

---

<sup>53</sup> Em um sentido precisamente derrideano (1981).

Gramsci, tanto em relação ao tema quanto às formas de apresentação. Nem repetição, nem tradução e, menos ainda, imitação; mas uma re-encenação que está no limite da recriação dos termos e condições que acompanharam o gesto estratégico original de Maquiavel, a imanência de um específico, apaixonado e urgente clamor para as condições que inevitavelmente o invocam. Este é justamente este elemento da técnica maquiaveliana operada por Gramsci de encenação dramática das “qualidades, características, deveres e necessidades” do próprio povo que faz dos *Cadernos do Cárcere* algo como um “manifesto político”, uma fantasia concreta cujo “clamor urgente e apaixonado” continua a nos comover ainda hoje.